

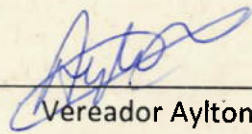


## CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES

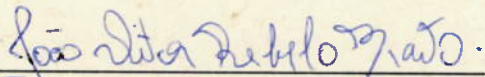
### ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA.

Aos 17 (dezesete) dias do mês de junho do ano de 2026, às 09:00hrs, no Plenário “Maria Ortiz” do Palácio Atílio Vivácqua, situado à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, em Bento Ferreira, nesta cidade realizou-se a 5ª (quinta) Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da Câmara Municipal de Vitória, sob a Presidência Interina do Sr. Vereador Aylton Dadalto. Presentes: André Brandino, Dalto Neves e Aloísio Varejão. Ausente: o membro, Sr. Vereador Dárcio Bracarense. Deu-se início à **Ordem do dia onde** passou-se ao debate sobre Segurança Urbana: “Plano de Segurança nas Obras do Canal de Camburi e a População em Situação de Rua (RAC 3/2026 - Proc. nº 3656/2026)”. Manifestando-se sobre o tema, o Sr. Presidente após relatar dificuldades de mobilidade urbana que ensejaram o atraso de sua chegada, teceu críticas contundentes à ausência de representantes de alto escalão da Prefeitura Municipal de Vitória, especificamente da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Segurança Urbana. Em seu pronunciamento, o parlamentar registrou o aumento expressivo de furtos de cabos e bicicletas, bem como de invasões a prédios nas regiões de Santa Helena e Ulisses Sarmiento. Defendeu a necessidade premente de uma atuação mais técnica e menos paliativa por parte do Poder Executivo, questionando a eficácia das abordagens sociais atuais e apontando a carência de internações compulsórias para casos de dependência química grave. Concluiu sugerindo que os gestores municipais realizem visitas de campo constantes para acompanhar a realidade local. Após, passou-se à intervenção da sociedade civil. A Sra. Lúcia Luiz, na condição de presidente de Associação de Moradores e representante da Pastoral do Povo de Rua, ponderou a necessidade de se separar a pauta de segurança pública das demandas de saúde pública e dependência química. Alertou para o evidente déficit de vagas em abrigos municipais frente ao quantitativo de pessoas em situação de rua, ressaltando o desejo expresso por muitos desses indivíduos em buscar tratamento, sem que encontrem o suporte adequado por parte do município. No âmbito dos posicionamentos institucionais, o Major Ricardo, Subcomandante do Primeiro Batalhão da Polícia Militar, enfatizou a complexidade da questão, reforçando que a solução definitiva exige um trabalho conjunto e transversal entre Estado, Município e os órgãos de saúde e assistência. Reafirmou a total disposição da Polícia Militar para o diálogo e para atuar de forma holística junto às comunidades locais. Passando-se aos encaminhamentos e requerimentos, o Senhor Presidente da Comissão anunciou a formalização de pedidos de informação dirigidos ao Executivo acerca do número exato de atendimentos realizados, vagas de acolhimento disponíveis e solicitações de internação compulsória efetuadas pelo município. Na oportunidade, foi aprovada deliberação para que, nas reuniões subsequentes, as pastas de Saúde e de Assistência Social sejam convocadas sob caráter de obrigatoriedade legal, em substituição aos convites cordiais, visando ao estabelecimento de um plano multidisciplinar efetivo. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a Reunião, convocando antes os Srs. Vereadores a comparecerem à próxima **Reunião**, a realizar-se no dia **15 (quinze) de julho de 2026**, no Plenário desta Casa de Leis. Do que, para constar, o Serviço de Apoio às Comissões Permanentes lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente Interino desta Comissão. Eu, João Vitor Rebelo Bravo, Servidor (a) desta Casa de Leis, matrícula 7614, redigi a presente ata.



---

Vereador Aylton Dadalto  
**Presidente da Comissão de Segurança Pública**



---

João Vitor Rebelo Bravo – Matrícula 7614  
**Diretoria de Processo Legislativo e das Comissões Parlamentares**